



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS



**Curso: METODOLOGIA DE ENSINO DA HISTÓRIA
E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

**Disciplina: MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAS
DE CIDADANIA**

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Disciplina: Movimentos Sociais e Formas de Cidadania

Os movimentos sociais representam uma das mais importantes maneiras de mobilização coletiva nas sociedades modernas. Apresentar e debater as principais interpretações teóricas acerca dessas mobilizações, dando ênfase à experiência brasileira. Analisar os movimentos sociais brasileiros, principalmente aqueles ocorridos a partir do século XIX, como desafio ao Estado e às estruturas de dominação. Examinar as ações coletivas contestatórias da ordem por meio de suas identidades culturais constitutivas e de suas formas de atuação.

Entender a organização de setores da sociedade brasileira, no que se refere as suas múltiplas formas de resistência.

Compreender a dinâmica da sociedade brasileira, no tocante a variadas formas de resistência, articuladas a partir de necessidades coletivas, dentro de contextos determinados.

Caracterizar os conceitos chaves para o entendimento do processo de existência coletiva.

Analisar a historiografia produzida acerca da temática proposta.

Compreender as condições que possibilitaram a eclosão dos diversos movimentos sociais em questão.

Ementas:

Contextualizar o conceito de Movimentos Sociais e cidadania, suas idéias e abordagens, com a realidade brasileira em seus aspectos sociais, culturais e políticos. Procurando ajustar nossa análise aos acontecimentos contemporâneos, trataremos de abordar e refletir sobre temas e detalhes em suas relações com os movimentos sociais e de cidadania com suas aplicações práticas:

- Indagações conceituais: o que é movimento social?
- Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico;
- Os movimentos sociais;
- Como construir o novo sujeito histórico;
- Breves considerações sobre os movimentos sociais no Brasil;
- O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade;
- *O engajamento político do docente nos movimentos sociais.*

Objetivos:

- Levantar o conhecimento prévio dos alunos sobre os movimentos sociais;
- Ampliar o repertório dos alunos acerca do contexto histórico, social e político que antecedeu esses movimentos sociais.
- Ampliar a noção de "Movimentos Sociais e Cidadania".
- Reconstituir o processo histórico de construção do conceito de cidadania no entendimento da diferença cultural pela sociedade brasileira;

Metodologia:

Av. Integração Jaime Campos n 145 – Modulo 01 – Juina – MT – CEP 78320-000

www.ajes.edu.br – ajes@ajes.edu.br

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos contidos neste material didático.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais 9610/98.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

- Estudo dirigido e debates através de: textos, artigos em revistas e jornais;
- Aulas expositivas dialogadas e com apresentação em projetor multimídia;
- Discussões em grupo de textos selecionados;
- Discussões de temas atuais e relevantes;
- Análise de textos especializados;
- Exercícios de fixação;

Avaliação:

- Assiduidade e participação nas aulas, sendo considerado especialmente o envolvimento nas atividades e exercícios propostos;
- Atividades em sala previstas: discussões dos textos de leitura (cada aluno deverá necessariamente participar ao menos da discussão do texto para o qual elaborou relatório de leitura);
- A proposta é a realização de avaliação contínua no transcorrer da aula, utilizando-se para tanto, não só dos recursos acima expostos, como testes, exercícios e provas como meio de percepção da realidade do conteúdo da disciplina, efetivamente apreendidos pelo Pós-graduando. Neste sentido, a presença em sala de aula é a conseqüente participação para avaliação crítica.

Requisitos fundamentais:

- Ter envolvimento com as questões relacionadas à cidadania e Movimentos Sociais;
- Ter conhecimentos básicos em História e Sociologia.

Responsabilidade: Prof. MSc. Bergas

- Doutorando em Metodologia do Ensino Superior pelo WIU-Winsconsin International University-USA;
- Mestre em Agricultura Tropical pela FAMEV/UFMT;
- Pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa na FGV – Fundação Getúlio Vargas – RJ;
- Graduando em Direito pela Faculdade Afirmativo em Cuiabá – MT.,
- Graduado em Geografia e Ciências Sociais habilitação em História, OSPB, Sociologia, Ciência Política e Geografia - FAFIPA/PR;
- Orientador de Monografia, Projetos e Metodologia Científica no Curso de Graduação de Direito da UNIC - Cuiabá-MT;
- Orientador de Monografia, Projetos e Metodologia Científica no Curso de Pós-Graduação de UFMT/ FAEC - Faculdade de Administração – Cuiabá-MT;
- Orientador de Monografia, Projetos e Metodologia Científica no Curso de Pós-Graduação do ICE/IMP – Cuiabá-MT;



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

- Professor de Ciência Política e Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da UNIC - Cuiabá-MT;
- Professor de Ciências Sociais na Faculdade de Administração da UNIC/Pantanal e FGV – Fundação Getúlio Vargas - Cuiabá-MT;
- Professor de Ciência Política, Metodologia Científica e Sociologia do Crime e da Violência no CFO - Curso de Formação de Oficiais – UFMT/PM-MT;
- Professor de Pós-graduação em Metodologia Científica no Curso de Direito da UNIC - Cuiabá-MT;
- Professor de Pós-graduação no IMP/ICE - Cuiabá-MT;
- Professor de Pós-graduação na UFMT/FAEC Faculdade de Administração Ciências Econômicas e Contábeis – Cuiabá-MT;
- Professor de Pós-graduação no INPG - Instituto Nacional de Pós-Graduação - SP;
- Consultor em Tecnologia Educacional;
- Gestor em Educação a Distância e membro fundador da ABED – Associação Brasileira de Ensino a Distância – Brasil - USP;
- Coordenador da Esmagis – Escola Superior de Magistratura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Gestor em Educação a Distância e Web.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / teatro de sombras*. RJ: civilização brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria S. C. *Ideologia e mobilização popular*. RJ: Paz e Terra, 1978.

DAGNINO, Renato et alii. "Metodologia de análise de políticas públicas". In: **Gestão estratégica da inovação: metodologia para análise e implementação**. Taubaté, Editora Cabral Universitária. 2002. Disponível em: <http://www.campus-oel.orgsalactisi/rdagnino1.htm>.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v.II. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. "Idéias, conhecimentos e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, fev. 2003, vol. 18, n. 51, pp. 21-30. ISSN 0102-6909.

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 8 a 11. São Paulo: DIFEL, 1986.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*. SP: Contexto, 2006..

FLEXOR, Georges, LEITE, Sérgio Pereira. *Análise de Políticas Públicas: breves considerações teórico-metodológicas*. S/D. mimeo.

FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, n.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

21, jun 2000, p. 212-258.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 9º edição, RJ: 1958.

GERSCHAMAN, Silvia. Sobre a formulação de Políticas Sociais. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (org.). **Reforma sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Ed. Cortez/ Abrasco, 1989. pp. 119-138.

Movimentos sociais no início do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2003.

GHON, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais Contemporâneos*. SP: Ed. Loyola, 1998.

_____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. SP: Ed. Loyola, 1998.

_____. HOFLING, Heloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, nov 2001, pp. 30-41.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MIR, Luiz. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. SP: Best-Seller, 1994.

MISOCZKY, Maria Cecci Araujo. A análise de políticas públicas como produção social e sua potencialidade para a administração pública. S/D, mimeo.

MOLINA, Carlos Geraldo. Modelo de Formación de Políticas y Programas Sociales. Notas de clase. [Washington]: **BID/INDES, 2002**, mimeo. 23 p.

<http://indes.iadb.org/verpub.asp?id=42>

MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 3ª edição, SP: SENAC, 2001, vols. 1 e 2.

MULLER, Pierre, SUREL, Yves. "Análise de Políticas Públicas". Edções Motchrestien, Paris, 1998. Introdução e capítulo 1.

REIS, Elisa P. "Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, fev. 2003, v. 18, n. 51, pp. 11-14. ISSN 0102-6909.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas - algumas observações. **Civitas**. Porto Alegre. v. 5, jan-jun 2005, p. 11-28.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista**



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, v. 18, n. 51, pp. 11-14. ISSN 0102-6909.

_____. "Políticas públicas: uma revisão de literatura". **Sociologias**. n. 16, Porto Alegre, Jul-Dez. 2006. ISSN 1517-4522.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. [Capítulo I - O Sujeito (pg. 239-275) e Capítulo II - O Sujeito como Movimento Social (pg. 277-300)].

_____. **O mundo das mulheres**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007. [Apresentação, Capítulo 1 - Será que as mulheres querem extinguir as mulheres? (pg. 15-26) e Capítulo 9 - O que

VIEIRA, Ricardo Stanzola. Políticas Públicas e Administração Pública Democrática no Brasil: uma análise da concretização dos novos direitos à luz da Constituição Brasileira de 1988. s/d, mimeo.

Bergas
bergas@bol.com.br



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

INDAGAÇÕES CONCEITUAIS: O QUE É MOVIMENTO SOCIAL?

1.1. Definições clássicas

Parece pertinente iniciar este trabalho indagando se o Movimento Popular de Bairro - tal como se configura no Brasil e, em especial, na região Centro-Oeste - poderá ser considerado um verdadeiro Movimento Social. Para responder a esta indagação, faz-se necessário um recorte analítico preciso dos Movimentos Sociais, partindo da literatura corrente.

A noção em apreço é, até o presente, permeada de imprecisões e ambigüidades, valendo salientar que, malgrado existam desde muitos séculos, os Movimentos Sociais os recentemente mereceram a atenção dos cientistas sociais. No início do século XX, o conceito compreendia quase exclusivamente a organização do proletariado industrial, isto é, os sindicatos.

Na literatura sobre o assunto não se encontram até hoje bem definidas suas características essenciais, nem clara delimitação de seu campo específico. Podem, por exemplo, os Partidos Políticos ser incluídos nesta categoria? Qual o preciso divisor de águas que indique o que seja e o que não seja um Movimento Social?

Examinemos brevemente duas definições propostas por cientistas sociais que exerceram – e ainda exercem- grande influência na América Latina: Manuel Castells e Alain Touraine.

Ao destacar autores estrangeiros, não há a pretensão, absolutamente, de superestimar a cultura exógena ou de subestimar a construção teórica nacional. Ao contrário, existem trabalhos de grande valor e consistência teórica realizados por brasileiros¹. O critério de escolha remete às seguintes razões:

¹ 1. Barreira, 1982 e 1983; Blay, 1980 e 1983; Boschi, 1982 e 1983; Cardoso, 1983; Doimo, 1984; Durham, 1982 e 1984; Gohn, 1982, 1985 e 1988; Jacobi, 1980, 81, 82, 83 e 87; Kowarick, 1983a e b; Moisés, 1979a e b, 1982; Olivei- ra, 1978; Sader (Ernir), 1987; Sader (Eder), 1988; Singer, 1980; Sornarriba, 1984; Valiadares, 1981 e 82; Warren, 1984a e b; Wanderley, 1980.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

- Castells e Touraine são autores de grande influência na literatura sobre Movimentos Sociais;
- chegaram a elaborar definições conceituais que, a meu ver, devem ser questionadas;
- as definições nacionais, ou ainda não foram claramente enunciadas - por vezes referem-se a aspectos parciais - ou ainda também apresentam limitações conceituais.

Começamos por Manuel Castells, que, durante décadas, orientou a maior parte dos estudos brasileiros. O autor trabalha a problemática urbana, e é neste contexto que conceitua os Movimentos Sociais. Para ele, os "Movimentos Sociais Urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana" (Castells, 1976:3), Estas se referem a uma série de situações da vida cotidiana, tais como habitação, acesso a serviços coletivos na área de educação, saúde, cultura, lazer, transportes etc. A análise do urbano passa pelas contradições do sistema capitalista e o fenômeno urbano é considerado numa perspectiva de totalidade, em que se faz presente a concentração da força de trabalho, bem como a intervenção do Estado enquanto derivação de duas contradições: o incremento das necessidades coletivas o a contradição fundamental do capitalismo entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o modo coletivo de gestão desse processo.

Castells remete enfaticamente as lutas urbanas às contradições mais abrangentes do sistema capitalista e sustenta que os movimentos urbanos se convertem em Movimentos Sociais na medida em que logram converter-se em componente de um movimento político que controverte a ordem social.

Segundo sua avaliação:

um Movimento Social nasce do encontro de uma certa combinação estrutural que acumula diversas contradições (. . .) e todo Movimento Social provoca por parte do sistema urbano um contramovimento que não é senão a expressão de uma intervenção do aparato político (integração-repressão) que tende à manutenção



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

da ordem" (1978:321).

Castells oferece outra definição de Movimentos Sociais Urbanos em La cuestión urbana, onde a transformação estrutural do sistema não aparece mais como condição, porém como objetivo.

Por Movimento Social Urbano se entende um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, a um tempo pela inserção dos agentes suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal, que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado (1978:475).

Alain Touraino é um dos autores que mais extensivamente trabalhou o tema em questão. Para ele, "Movimentos Sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica" (1973:347).

A dificuldade que se encontra em Touraine é o formalismo de seus conceitos, cuja compreensão supõe, quase sempre, o conhecimento da totalidade de suas matrizes teóricas. O que significa, por exemplo, "sistema de ação história"? É um conceito altamente complexo, que passa pelo entendimento de outros elementos, como quase tudo em seu livro Production de la société. O sistema de ação histórica seria, segundo o autor, "o sistema de influência da historicidade sobre a prática social", sendo aquela "a produção da sociedade (...) por si mesma" (1973:81 e 40), e a sociedade, um campo cultural dilacerado pelo conflito daqueles que se apropriam da historicidade contra aqueles que se submetem à sua dominação e lutam por uma reapropriação coletiva dessa historicidade, da produção da sociedade por ela mesma (1978:86),

A historicidade é constituída pela acumulação, pelo modo de conhecimento e pelo modelo cultural, tendo este influência capital no sistema da ação histórica, cujos componentes passam ainda pela mobilização (do ponto de vista do movimento) e pelas necessidades e hierarquização (no que tange à ordem). Do conjunto desses elementos depende toda organização social.

O que seria necessário resgatar do conceito de Touraine? Que os Movimentos Sociais encontram-se inscritos no coração da luta de classes pelo comando da sociedade, de sua historicidade, ou seja, pela produção de si própria. O autor tomou mais



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

transparente a definição ao afirmar que os Movimentos Sociais "são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade" (1978:46).

No entender do autor, só existe Movimento Social quando se combinam três dimensões. classe, nação e modernização, ou seja, quando o movimento fala em nome de uma classe contra outra, em nome da nação contra o estrangeiro dominante ou em nome da modernização e da integração contra a tradição (1977:42).

O autor consideradas tão fundamentais que afirma serem os Movimentos Sociais o núcleo da análise do social, e não o poder como tal, ou as classes definidas a partir das relações de produção, chegando a propor a criação de uma Sociologia dos Movimentos Sociais (1978- 386-9). Segundo ele, são os Novos Movimentos Sociais (tais como o Movimento das Mulheres, os Regionalistas e os Ecológicos) o agente coletivo que pode desempenhar o papel central anteriormente destinado ao Movimento Operário (1981.117).

A partir do pensamento desses autores, e tomando como base a experiência acumulada, bem como reflexões e debates empreendidos nos últimos anos sobre os Movimentos Sociais, podemos colocar algumas indagações em torno de conceito de Movimentos Sociais.

1.2. Seu questionamento e nova proposta conceitual

1.2.1. Qual o ponto de clivagem dos Movimentos Sociais? Em outras palavras, qual o elemento constitutivo de um Movimento Social?

Os conceitos formulados pelos autores anteriormente analisados, **bem** como a prática dos movimentos, nos autorizam a tomar como premissa analítica que esse ponto de clivagem é a contestação, o protesto. Todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras. Os camponeses protestam contra a falta de terra para trabalhar (situação presente); os grandes proprietários rurais protestam contra o projeto de reforma agrária, que ameaça desapropriar suas fazendas (situação futura).



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Tomamos como suposto básico que coletividades de caráter promocional não chegam a serem Movimentos Sociais se não têm corte contestatório, grupos de jovens que praticam esporte; clubes de mães que aprendem a costurar; analfabetos que aprendem a ler; obras assistenciais ou filantrópicas que se ocupam com populações carentes; Agricultores que buscam melhorar suas técnicas agrícolas são entidades de promoção, não de protesto.

Mesmo Associações de Moradores podem ter um cunho meramente promocional, não contestatório. Até aquelas que se organizam para reivindicar melhorias para o bairro, quando o fazem em forma de ação cooperativa com a ação estatal - não em confronto com ela - são movimentos reivindicativos. Não chegam a ser Movimentos Sociais, pois estes supõem confronto, não a mera cooperação.

Não se trata de atribuir conotação negativa aos grupos promocionais e reivindicativos, pois eles têm o seu valor próprio. Trata-se, isso sim, de tentar definir com precisão o recorte analítico dos Movimentos Sociais, de buscar uma categoria que dê conta dos mesmos, sem, inclusive, olvidar que aqueles grupos podem vir a ser um fecundo embrião de Movimentos Sociais, como a realidade brasileira nos tem mostrado. O que, portanto, precisa ficar devidamente elucidado é que o movimento reivindicatório pode ser Movimento Social em potencial, mas ainda não factual.

1.2.2. Contra o quê protestam os Movimentos Sociais?

Todo Movimento Social inscreve-se no coração das relações sociais - que passam necessariamente pelas relações de produção - e é contra determinados aspectos ou manifestação destas relações que ele protesta.

O adversário visível pode ser o Estado ou outros representantes diretos da exploração, enquanto responsáveis por relações sociais consideradas indesejáveis. Assim, o operário luta, através do sindicato, contra o patrão, pois ele é o representante direto das relações de dominação dentro da fábrica. O morador se bate contra o Estado, adversário visível em decorrência do tratamento discriminativo quanto, por exemplo, à oferta de bens e serviços no âmbito do bairro. As mulheres lutam aparentemente contra o homem, por ser ele o motor ou o veículo de relações de dominação estabelecidas com base na definição dos sexos.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Entretanto, em sua essência, as contestações não se destinam a pessoas ou instituições, inseridos no bojo das relações de produção, é contra elas ou contra seus desdobramentos que os Movimentos Sociais protestam. Eles espelham o conflito frente à natureza, à qualidade e à forma dessas mesmas relações, quer elas sejam vigentes quer representem um devir.

É preciso estar atento para esse aspecto, pois nem sempre os Movimentos Sociais protestam contra um fato consumado ou em vigor. Eles podem protestar contra um vir a ser, como é o caso das lutas contra a reforma agrária brasileira, das mais clássicas e visíveis de nossa história. Dispersas em algumas épocas, atualmente elas se organizam, tomam corpo e força através da União Democrática Ruralista (UDR). Esta não protesta contra a dominação de relações sociais vigentes, mas contra o anúncio de novas relações que lhe poderão subtrair parte de sua dominação.

Outro ponto a salientar é que nem sempre aparece com clareza, nos Movimentos Sociais, a instância da infra-estrutura. Ou seja, nem sempre se coloca de forma palpável para eles o problema das relações sociais de produção, como causa da dominação que eles contestam ou querem preservar. A dominação, contudo, passa sempre pelas relações de produção, seja no problema da mulher, do índia, da destruição da natureza, da exploração do operário na fábrica, seja na sua espoliação no bairro.

1.2.3. Qual o universo básico referencial dos Movimentos Sociais? Quais os protagonistas do protesto?

O universo básico referencial dos Movimentos Sociais pode estar representado por uma classe social, uma etnia, uma região, uma religião, um partido político, ou por inúmeras outras categorias. No que tange à classe social, como acertadamente advertiu Gohn (1985 e 1988), tanto a classe dominante como a classe dominada, com suas respectivas frações, podem constituir-se em sujeitos sociais dos movimentos, insatisfeitas com as relações sociais vigentes ou propostas. Além da UDR, temos no Brasil outros exemplos de movimentos das classes dominantes, como a dos empresários ligados à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) e às diversas Associações Comerciais. Eles representam o protesto dos grandes proprietários contra a possível perda de espaços de dominação embutidos nas relações sociais de produção vigentes no país.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Os sindicatos de operários configuram o exemplo mais típico de movimento da classe dominada; outros movimentos dos dominados vêm eclodindo, alguns deles de base heterogênea, como é o caso das Associações de Moradores e do "Movimento dos sem-terra" nas periferias urbanas.

Alguns movimentos não se relacionam diretamente com classes sociais. Existem sujeitos coletivos, cujo universo referencial é a etnia (índios, curdos, bretões, flamengos); a região (os bascos e as nações que lutam por sua independência); a religião (católicos e protestantes que se batem na Irlanda); partidos políticos e outros.

Tecendo, aqui, um breve comentário sobre os Partidos Políticos, considerando a contestação, o protesto, como divisor de águas dos Movimentos Sociais, seu ponto de clivagem, parece inadequado incluir indiscriminadamente os Partidos Políticos naquela categoria, pois nem todos têm caráter contestador. Os partidos de "situação", por exemplo, ou seja, os partidos do governo, não contestam, mas legitimam, apóiam e defendem as políticas estatais. Não podem, assim, a rigor, ser considerados Movimentos Sociais.

1.2.4. Todo Movimento Social tem caráter de classe?

Existem movimentos não só homogêneos em sua base social, mas também com referência direta aos problemas específicos da classe, tais como os sindicatos de operários (proletariado) e os de proprietários (burguesia). São eles movimentos de classe.

Outros, embora não sendo homogeneamente constituídos por indivíduos de uma única classe social, reúnem frações da classe dominante ou da classe dominada passando sua luta pela questão de classe no seio da sociedade. Podemos dizer que são eles movimentos de caráter de classe. É o caso do Movimento Popular de Bairro' que, embora heterogêneo, une várias relações dos dominados em torno de questões que remetem claramente ao sistema de exploração vigente entre as classes sociais, no contexto das relações de produção.

Movimentos há, contudo, que não têm caráter de classe². O Movimento Ecológico, por exemplo, batalhando contra derivações típicas da industrialização predatória e do

² Neste ponto estou em desacordo com Maria da Glória Gohn, quando afirma que todo Movimento Social tem caráter de classe (1985:46-8).



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

estilo de vida consumista, se posiciona explicitamente acima das classes sociais. "A sobrevivência é uma questão de espécie, não de classe", declara Rudolph Bahro, um dos militantes mais convictos do Movimento Ecológico. Na Alemanha, o Partido Verde reúne grupos de todas as classes sociais e, além disso, congrega representantes de conservadores, democrata-cristãos, marxistas e de quase todos os matizes políticos.

É, sem dúvida, impropriedade e confusão teórica querer transformar toda relação de exploração em relação de classe. O sistema capitalista engendra outras formas de exploração e dominação, entre as quais figura a dominação com base em etnias, em sexo, em valores éticos etc. Os índios são explorados, mas sua luta, embora remetida a relações de produção dadas, nem sempre passa pela questão da classe e, sim, da etnia. A exploração da mulher se opera no interior de todas as classes sociais, mesmo que a mulher operária seja duplamente explorada. Fenômeno similar ocorre com os negros e com os homossexuais. Assim, malgrado encontrem-se regidos pela mesma lógica de exploração do capital, os movimentos dessas áreas derivam de contradições específicas e de articulações das relações de produção que não podem ser reduzidas a relações de classe.

1.2.5. Todo Movimento Social é uma luta pelo poder?

Se adotássemos como referência conceitual a postura de Touraine, a questão do poder passaria a ser fundamental. O autor deixa patente este ponto, na medida em que identifica o Movimento Social com a luta das "forças centrais para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade" (1978:46). Alguns problemas podem decorrer desta postura.

O primeiro deles é que, se nem todo Movimento Social é um movimento de classe, nem sempre é a classe social que está lutando pela direção da historicidade. Conforme analisamos anteriormente, o Movimento Ecológico se diz uma luta da espécie humana - e não uma luta de classe - pela preservação da natureza e da humanidade. Neste caso, não seria a classe social, mas o conjunto dos "amigos da natureza" que estariam lutando pelo controle da sociedade?

Outro problema é a própria questão do controle da historicidade. Ora, no interior dos Movimentos Sociais existem as mais diversificadas correntes políticas, entre as quais



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

figura a dos anarquistas que pugnam pela extinção de toda e qualquer forma de poder. Parece, pois, que os Movimentos Sociais inspirados no Anarquismo não lutam pelo poder, ao contrário, contra ele.

Proudhon sustentava que o governo do homem pelo homem é a servidão e que considerava um tirano, um usurpador, qualquer homem que o quisesse governar. Kropotkin, através do comunismo libertário, aspirava por uma sociedade livre, sem divisão do trabalho, baseada na cooperação e não no conflito. Em tal perspectiva, o caminho a ser seguido seria o da ajuda mútua, da justiça e da moralidade, o respeito aos direitos do outro, a indução ao sacrifício, em nome da comunidade.

Poderíamos avançar na reflexão admitindo que, em vez de ser uma luta pela direção da historicidade, os Movimentos Sociais protestam contra formas de direção vigentes ou anunciadas.

1.2.6. Só existe Movimento Social quando ele controverte a ordem estabelecida?

Do ponto de vista da primeira definição de Castells (cf. item 1.1), a resposta seria afirmativa. Tal enunciado toma, porém, fortemente limitativo o conceito, ao deixar fora todas as ações que, embora objetivando a transformação da sociedade, não controvertem clara e imediatamente a ordem estabelecida. Acresce ainda que a controversão da ordem é um processo dificilmente visível, observável de imediato, no âmbito do real. Como ter certeza de que um processo contestatório e de pressão política controverte a ordem estabelecida? Em alguns casos pode haver transparência, como nas revoluções das quais resultam transformações estruturais. Existe, porém, todo um elenco de movimentos que desenvolvem sem visíveis nem bruscas rupturas, mas que a longo prazo vão progressivamente solapando a ordem estabelecida.

De outra parte, é preciso não olvidar que existem Movimentos Sociais que não objetivam a transformação, mas a preservação da ordem estabelecida. Evoquemos movimentos conservadores, como a já mencionada UDR e outros como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) no Brasil, Klu-Klux-Klan nos Estados Unidos, e tantos outros que lutam para preservar sistemas existentes. Este dado se choca não só com a definição de Castells, mas também com a de Touraine quando afirma que só existe Movimento Social quando ele luta em nome da modernização e da integração contra a tradição (1977:42).



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

O que de fato parece mais acertado é buscar a intencionalidade dos processos de contestação para definir o que seria ou não um Movimento Social, como fez Castells em seu segundo conceito (cf. item 1). Isto é, incluem-se na categoria, processos de contestação que objetivam a controversão ou a preservação da ordem estabelecida, a partir das contradições específicas da realidade.

1.2.7. Qual o conceito de Movimento Social adotado neste trabalho?

Após as considerações tecidas e partindo do princípio de que:

- é a contestação o elemento constitutivo dos Movimentos Sociais;
- os Movimentos Sociais contestam determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção;
- os protagonistas podem ser classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões etc.;
- nem todo Movimento Social tem caráter de classe;
- nem todo Movimento Social luta pelo poder;
- o objetivo dos Movimentos Sociais pode ser a transformação ou, contrariamente, a preservação de relações sociais dadas, quando as mesmas se encontram ameaçadas;

Formulamos o conceito:

Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SUJEITO HISTÓRICO*

*

François Houtart*



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

*Sociólogo e Diretor do Centro Tricontinental, Lovaina-a-Nova, Bélgica e membro do Fórum Mundial das Alternativas.

** Tradução de Simone Rezende da Silva

Os protestos sistemáticos contra os centros de poder global multiplicam-se. Os Fóruns Sociais mundiais, continentais, nacionais e temáticos constituíram-se como lugares de convergência dos movimentos e organizações que estão lutando contra o neoliberalismo. Trata-se de esboçar um quadro geral de reflexão sobre o andamento destes eventos.

Por que um novo sujeito histórico?

A história da humanidade caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas. Recordemos por exemplo, a revolta dos escravos, as resistências contra as invasões na África e Ásia, as lutas camponesas da Idade Média na Europa, as numerosas resistências dos povos nativos da América, os movimentos religiosos de protesto social no Brasil, Sudão e China.

Um salto histórico dá-se quando o capitalismo constrói, depois de quatro séculos de existência, as bases materiais de sua reprodução que são a divisão do trabalho e a industrialização. Nasce o proletariado como sujeito potencial, a partir da contradição entre capital e trabalho. Os trabalhadores estão submetidos ao capital dentro do próprio processo de produção fazendo com que a classe operária seja totalmente absorvida e igualmente constituída pelo capital. É o que Karl Marx chamou a subsunção real do trabalho pelo capital. A nova classe se transformou em sujeito histórico quando se construiu no próprio seio das lutas, passando do estatuto de “uma classe em si a uma classe para si”. Não era o único sujeito, mas sim, o sujeito histórico, isto é, o instrumento privilegiado da luta de emancipação da humanidade, em função do papel jogado pelo capitalismo. Este último não se situava somente no plano da economia, mas também orientava a configuração do Estado-nação, as conquistas coloniais, as guerras mundiais, sem falar de seu papel como veículo privilegiado da modernidade. Evidentemente a



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

história da classe operária como sujeito histórico não foi linear. Houve a passagem de movimento para partido político e do plano nacional ao plano internacional, mas também êxitos e fracassos, vitórias e recuperações.

O capitalismo realiza um novo salto. O sujeito social amplifica-se. As novas tecnologias estendem a base material de sua reprodução: a informática e a comunicação, que lhe dão uma dimensão realmente global. O capital necessita uma acumulação acelerada para responder ao tamanho dos investimentos em tecnologias cada vez mais sofisticadas, para cobrir os gastos de uma concentração crescente e encontrar as exigências do capital financeiro que depois da flutuação do dólar em 1971 se transformou massivamente em capital especulativo. Por estas razões, o conjunto dos atores do sistema capitalista combateu tanto o keynesianismo e seus pactos sociais entre capital, trabalho e Estado, o desenvolvimento nacional do Sul (o modelo de Bandung, segundo Samir Amin) como o desenvolvimentismo cepalino (na América Latina) e os regimes socialistas. Começou a fase neoliberal do desenvolvimento do capitalismo chamada também o Consenso de Washington. Esta estratégia se traduziu em uma dupla ofensiva, contra o trabalho (diminuição do salário real, desregulação, deslocalização) e contra o Estado (privatizações).

Assistimos também a uma busca de novas fronteiras de acumulação, frente às crises tanto do capital produtivo como do capital financeiro: a agricultura camponesa que deve ser convertida em uma agricultura produtivista capitalista, os serviços públicos que devem passar ao setor privado e a biodiversidade, como base de novas fontes de energia e de matéria prima. O resultado é que agora todos os grupos humanos sem exceção estão submetidos à lei do valor, não somente a classe operária assalariada (subsunção real), mas também os povos nativos, as mulheres, os setores informais, os pequenos camponeses, sob outros mecanismos, financeiros –preço das matérias primas ou dos produtos agrícolas, serviço da dívida externa, paraísos fiscais, etc. – ou jurídicos –as normas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial de Comércio (OMC)–, tudo isso significando uma subsunção formal.

Mais que nunca, o capitalismo destrói, como o notava Karl Marx há mais de um século e meio, as duas fontes de sua riqueza: a natureza e os seres humanos. Na verdade, a destruição ambiental afeta a todos e a lei do valor hoje inclui a todos. A



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

mercantilização domina a quase totalidade das relações sociais, em campos cada vez mais numerosos como o da saúde, da educação, da cultura, do esporte ou da religião. Além disso, a lógica capitalista tem sua institucionalidade. Recordemos primeiro que se trata de uma lógica e não de um complô de alguns atores econômicos (senão bastaria convertê-los e corrigir abusos e excessos). Lembro-me de um empresário de Santo Domingo, testemunha do Jeová, que dizia a propósito de seus operários aos quais amava com um amor muito cristão: “chamo meus trabalhadores, magos, porque não sei como podem viver com o salário que lhes dou”. A mudança exige uma ação estrutural, hoje globalizada, de atores determinados com agendas precisas.

O capitalismo globalizado tem suas instituições: a OMC, o BM, o FMI, os bancos regionais e também seus aparelhos ideológicos: meios de comunicação social, cada vez mais concentrados em poucas mãos. Finalmente, goza do poder de um império, Estados Unidos. O dólar é a moeda internacional e a América do Norte detém o único direito de veto no Banco Mundial e no FMI, e um veto compartilhado no Conselho de Segurança. Este país conserva, além disso, quase um monopólio no campo militar, com mão sobre a OTAN e a capacidade de começar guerras preventivas. Quando se trata de intervir militarmente no Iraque ou Afeganistão para controlar as fontes de energia, o faz sem olhares. Suas bases militares multiplicam-se e estendem-se sobre o planeta e seu governo se auto-atribui a missão de reprimir as resistências no mundo inteiro, sem duvidar em utilizar a tortura e o terrorismo como mecanismos. Entretanto, o império tem suas debilidades. A natureza se está defendendo-se e hoje a oposição antiimperialista é mundial. Imanuel Wallenstein em virtude das deficiências do sistema começou a pensar que aquilo que ele chama “o longo século XX”, dominado pelo capitalismo poderia encontrar seu fim na metade deste século.

Por todas estas razões, o novo sujeito histórico se estende ao conjunto dos grupos sociais submetidos, tanto aqueles que formam parte da submissão real (representados pelos chamados “antigos movimentos sociais”) como os que integrariam o grupo dos subsumidos formalmente (“novos movimentos sociais”). O novo sujeito histórico a ser construído será popular e plural, isto é, constituído por uma multiplicidade de atores e não pela “multidão” da qual falam Michael Hardt e Antonio Negri. Conceito este tão vago como perigoso por suas conseqüências desmobilizadoras. A classe operária terá um papel importante, mas compartilhado. Este sujeito será democrático, não somente por



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

sua meta, mas também pelo próprio processo de sua construção. Ele será multipolar, nos diferentes continentes e nas diversas regiões do mundo. Tratar-se-á de um sujeito no sentido pleno da palavra, incluindo a subjetividade redescoberta, abrangendo todos os seres humanos, constituindo a humanidade como sujeito real que proclamado por Franz Hinkelammert em seu livro *O Sujeito e a Lei*. O novo sujeito histórico deve ser capaz de atuar sobre a realidade que por sua vez é múltipla e global, com o sentido de emergência exigido pelo genocídio e pelo ecocídio contemporâneos.

Os movimentos sociais

Os movimentos sociais são os frutos de contradições que se globalizaram. Segundo Alain Touraine (1999), para serem verdadeiros atores coletivos necessitam de certa inscrição na história, de uma visão da totalidade do campo dentro do qual se inscrevem, de uma definição clara do adversário e, finalmente, de uma organização. São mais que uma simples revolta (as jacqueries camponesas) mais que um grupo de interesses (câmara de comércio), mais que uma iniciativa com autonomia do Estado (ONGs). Os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam um processo de institucionalização. Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social. Assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução imponha-se sobre as exigências dos objetivos procurados.

Há um infinito número de exemplos desta dialética na história. Desta forma nasceu o cristianismo, como o diz o teólogo argentino Ruben Dri, como “o movimento de Jesus”, expressão religiosa de protesto social, perigosa para o império romano e reprimida por este último. Transformou-se por sua inserção na sociedade romana em uma instituição eclesiástica, seguindo o modelo da organização política, centralizada, vertical e freqüentemente aliada com os poderes de opressão. O peso institucional não matou o espírito, mas introduziu uma contradição permanente. O Concílio Vaticano II constituiu um esforço de restabelecer o predomínio dos valores da mensagem evangélica sobre o caráter institucional, mas nos anos seguintes, ele foi bastante recuperado por uma corrente de restauração. Outro exemplo é o caso de muitos sindicatos operários e partidos de esquerda. Foram iniciativas dos trabalhadores em luta que com o tempo transformaram-se em burocracias que definiam suas tarefas em termos somente



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

defensivos, quer dizer em função da agenda do adversário e não do projeto de transformação radical do sistema. No caso particular dos partidos políticos, é a lógica eleitoral que prepondera sobre o objetivo original e que define as práticas, o que significa uma lógica de reprodução e não uma perspectiva de mudança profunda revolucionária. Isso não impede a presença de muitos militantes autênticos nestas organizações, mas significa que estão encerrados em uma lógica que os ultrapassa.

Entretanto, a realidade social não está predeterminada e pode-se atuar sobre os processos coletivos. Para que os movimentos sociais estejam em posição de construir o novo sujeito social há duas condições preliminares. Em primeiro lugar, ter a capacidade de uma crítica interna com o fim de institucionalizar as mudanças e assegurar uma referência permanente aos objetivos. Em segundo lugar, captar os desafios da globalização, que por sua vez são gerais e específicos ao campo de cada movimento: operário, camponês, de mulheres, populares, de povos nativos, de juventude, e em breve de todos os que são vítimas do neoliberalismo globalizado.

Concorrem também outras exigências. Os movimentos sociais que se definem como a sociedade civil têm que precisar que se trata da sociedade civil de abaixo, recuperando assim o conceito do Antonio Gramsci que a considera como o lugar das lutas sociais. Isso permite evitar cair na armadilha da ofensiva semântica dos grupos dominantes, como o Banco Mundial, para os quais ampliar o espaço da sociedade civil significa restringir o lugar do Estado, ou também na ingenuidade de muitas ONGs para as quais a sociedade civil é o conjunto de todos os que querem o bem da humanidade. No plano global, a sociedade civil de cima se reúne em Davos e a sociedade civil de baixo em Porto Alegre.

Construir o novo sujeito histórico requer conceber e cimentar um vínculo com um campo político renovado. Nos primeiros tempos dos Fóruns Sociais existia um medo real para com os órgãos da política tradicional em parte por razões justas. Ao repúdio frente à instrumentalização eleitoral e às maquinarias de partidos como mera ferramenta de poder somava-se uma atitude de princípio anti-estatal, especialmente em certas ONGs. Daí, o êxito das teses do John Holloway que se perguntava como mudar o mundo sem tomar o poder. Se se tratar de afirmar que a transformação social exige muito mais que a tomada do poder político formal, executivo ou legislativo, esta perspectiva é plenamente aceitável, mas se significar que mudanças fundamentais como uma reforma agrária ou



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

uma campanha de alfabetização podem ser realizadas sem o exercício do poder, é uma total ilusão.

Assim, os movimentos sociais devem contribuir para a renovação do campo político, como o indica muito bem Isabel Rauber em seu livro *Sujeitos políticos*. A perda de credibilidade dos partidos políticos é uma realidade mundial e é urgente encontrar a maneira de realizar uma reconstrução do campo. Um exemplo interessante é o da República Democrática do Congo (Kinshasa), onde os movimentos e organizações de base mobilizaram-se para a organização das eleições de julho 2006. Depois de 40 anos de ditadura e de guerras (nos últimos cinco anos houve mais de três milhões de vítimas), as forças populares da base da população afirmaram a necessidade de defender a integridade da nação e salvaram esta última de seu desmantelamento neutralizando todos os esforços feitos para fragmentar o país e assim poder controlar mais facilmente os recursos naturais. Adicionalmente, estes setores estão inventando formas de democracia participativa, conjuntamente com a democracia representativa. Milhares de organizações locais, de mulheres, de camponeses, de pequenos comerciantes, de jovens, de comunidades cristãs católicas e protestantes, mobilizaram-se para apresentar candidatos, ligados por pacto às comunidades (porta-vozes e não representantes como diz a lei de conselhos comunais da Venezuela), no nível local e estadual, com alguns em nível nacional, mas sem candidato à presidência, porque estimam que primeiro devem consolidar o processo de baixo. É uma verdadeira reconstrução de um campo político, quase completamente destruído pelas práticas (corrupção e tribalismo) dos partidos existentes.

Finalmente, será muito importante para as convergências dos movimentos sociais encontrarem a maneira de aglutinar as numerosas iniciativas populares locais que não se transformam em movimentos organizados, apesar do fato de que representam uma parte importante das resistências (em nível de povos ou de regiões, contra uma represa, contra a privatização da água, da eletricidade, da saúde, contra a entrega de florestas a empresas transnacionais, etc.). Existem exemplos como o MONLAR, no Sri Lanka, a organização que luta pela reforma agrária e que reagrupa mais de 100 iniciativas locais além de ser um movimento camponês nacional, conseguiu acumular forças capazes de atuar no nível do país, como órgão de protesto (manifestações nacionais) e também de diálogo e de confrontação com o Governo e com o Banco Mundial.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Como construir o novo sujeito histórico

Produzir um novo sujeito histórico requer algumas condições básicas. Em primeiro lugar, é necessário elaborar uma consciência coletiva sustentada em uma análise apropriada da realidade e uma ética. Quanto à análise, trata-se de utilizar instrumentos capazes de estudar os mecanismos de funcionamento da sociedade e de entender suas lógicas, com critérios que permitam distinguir causas e efeitos, discursos e práticas. Não se trata de qualquer tipo de análise, mas sim daquela produzida com o aparelho teórico crítico mais adequado para responder ao grito dos de baixo. Exige um alto rigor metodológico e uma abertura a todas as hipóteses úteis para este fim. A opção em favor dos oprimidos é um passo pré-científico e ideológico, que vai guiar a eleição do tipo de análise, entretanto este último pertence à ordem científica sem concessão possível. É um saber novo que ajudará a criar a consciência coletiva.

Tomemos um exemplo contemporâneo para dar conta da que nos referimos quando fazemos ênfase sobre a análise da realidade. Fala-se muito dos objetivos do Milênio, decididos pelos chefes de Estado em Nova Iorque no ano 2000. Quem poderia estar contra a eliminação da pobreza e da miséria (pobreza absoluta) e em favor do desenvolvimento? Por isso houve unanimidade. O objetivo para o ano 2015 é apenas reduzir à metade a extrema pobreza, o que significa que neste ano o mundo ainda se encontrará com mais de 800 milhões de pobres (já uma vergonha). Tudo parece indicar que o cumprimento destas metas é improvável. Isso se deve ao fato de que não se criticou a lógica fundamental do tipo de desenvolvimento que favorece aos 20% da população dos países do Sul. Esta minoria cresce de maneira espetacular, formando uma base de consumo apreciável para o capital e acentuando a visibilidade de uma certa riqueza. Ao mesmo tempo, as distâncias sociais aumentam progressivamente. Entender esta contradição requer questionar o próprio conceito de desenvolvimento do qual dependem os critérios adotados para definir os objetivos do Milênio. Não entram em sua definição elementos qualitativos como o bem-estar, a igualdade, a soberania alimentar e outros mais. É por isso que Marta Harnecker no Centro Miranda de Caracas, trabalha para a criação de ferramentas analíticas para medir os critérios do desenvolvimento. De fato, os conceitos utilizados pelas Nações Unidas são os do mercado e não os da vida dos seres humanos.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

O segundo elemento que contribui para a construção de uma consciência coletiva é a ética. Não se trata de uma série de normas elaboradas em abstrato, mas sim de uma construção constante pelo conjunto dos atores sociais em referência à dignidade humana e ao bem de todos. As definições concretas podem trocar segundo os lugares e as épocas e quando se trata da realidade globalizada, a perspectiva ética terá que ser elaborada pelo conjunto das tradições culturais: isto é, o conceito real dos direitos humanos. A ética neste sentido não é uma imposição dogmática, mas sim uma obra coletiva que tem suas referências na defesa da humanidade. Podemos dizer que o lucro principal dos Fóruns Sociais, como convergências de movimentos e de organizações populares, foi a elaboração progressiva de uma consciência coletiva, com vários níveis de análise e de compreensão e com uma ética de protesto contra todo tipo de injustiça e desigualdade, e de construção social democrática de “um outro mundo possível”. A existência dos Fóruns é em si mesmo um fato político, além dos muitos outros lucros, como a constituição de redes, o intercâmbio de alternativas, o funcionamento em seu seio da Assembléia dos movimentos sociais e a contribuição de intelectuais comprometidos.

Logo após ter elaborado uma consciência coletiva se impõe como passo seguinte convocar à mobilização dos atores plurais, populares, democráticos e multipolares. Aqui nos encontramos com o aspecto subjetivo da ação. Os atores humanos são seres completos e não atuam somente em função da racionalidade das lógicas sociais. O compromisso é um ato social caracterizado por um elemento afetivo forte e ainda central. Daí, a importância da cultura como conjunto das representações da realidade e também dos inumeráveis canais de sua difusão: a arte, a música, o teatro, a poesia, a literatura, a dança. A cultura é uma meta, mas também um meio de emancipação humana. O mesmo se pode dizer do papel potencial das religiões, nas quais se encontram referências humanas existenciais fundamentais: a vida, a morte, em relação a uma fé que se pode compartilhar ou não, mas que não se pode ignorar. Isso foi um engano grave de um certo tipo de socialismo. O potencial religioso libertador é real. Além disso, as religiões podem contribuir com espiritualidade e ética coletiva e pessoal indispensáveis para a reconstrução social.

Um terceiro elemento está constituído pelas estratégias para obter os três níveis de alternativas. O primeiro é a utopia, no sentido do que não existe hoje, mas que pode ser



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

realidade amanhã, quer dizer uma utopia não ilusória, e sim necessária como dizia o filósofo francês Paul Ricoeur. Que tipo de sociedade queremos? Como definir o pós-capitalismo ou o socialismo? A utopia também é uma construção coletiva e permanente, não uma coisa que vem do céu. Necessita para seu cumprimento uma ação de longo prazo: a mudança de um modo de produção não se faz com uma revolução política, mesmo que ela possa significar o início de um processo. O capitalismo levou quatro séculos para construir as bases materiais de sua reprodução: a divisão do trabalho e a industrialização. As mudanças culturais que são partes essenciais do processo têm um ritmo diferente das transformações políticas e econômicas.

Os outros dois níveis, o meio e o curto prazo, dependem das conjunturas, mas devem ser o objeto de estratégias acordadas e realizadas em convergência, entre atores sociais diversos. São o lugar das alianças. Entretanto, não é a simples soma de alternativas nos setores econômicos, sociais, culturais, ecológicos e políticos que permitirá um novo sujeito histórico sair adiante. Necessita-se coerência. Esta última também será obra coletiva e não o resultado de um monopólio do saber e do conhecimento por uma vanguarda depositária da verdade. Será um processo constante e não um dogma.

A partir deste ponto de vista é importante sublinhar o caráter indispensável de alguns atos coletivos estratégicos, ainda parciais, mas que reagrupam um conjunto de atores sociais diversos em uma iniciativa significativa em relação com a dimensão utópica do projeto global. Felizmente existem vários exemplos neste sentido, dos quais recordamos dois.

A campanha contra o ALCA reuniu muitos movimentos sociais, dos sindicatos aos camponeses, passando pelas mulheres e pelos indígenas. ONGs de diversas procedências somaram-se inclusive a esta iniciativa. Em alguns países, instituições religiosas tomaram posição contra o tratado. Utilizaram-se métodos muito variados de ação, até referendos populares que recolheram milhões de assinaturas. Outro exemplo é o plano alternativo popular de reconstrução depois do tsunami no Sri Lanka. O plano oficial administrado pelo Banco Mundial previa essencialmente o desenvolvimento do turismo internacional e não respondia às necessidades de base da maioria da população. Era a maneira de acelerar a política neoliberal de alcance mundial. Por isso se constituíram uma aliança ampla de movimentos e organizações sociais, inclusive



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

instituições budistas e cristãs, para opor-se ao plano governamental e propor soluções alternativas.

Duas iniciativas complementares fizeram sua contribuição frente à necessidade de uma perspectiva de ação em nível mundial: a rede “Em Defesa da Humanidade”, fundada no México sob o impulso de Pablo González Casanova e que tem capítulos de vários países, especialmente latino-americanos e o “Chamamento do Bamako” promovido pelo Fórum Mundial de Alternativas (iniciado na Lovaina-a-Nova em 1996 por ocasião do 20º aniversário do Centro Tricontinental e fundado oficialmente no Cairo no ano seguinte), o Fórum do Terceiro Mundo (Dakar), Enda (uma ONG africana) e o Fórum Social do Malí. Em Defesa da Humanidade propôs a constituição de uma promotora destinada a reunir e propor ações comuns e o “Chamamento de Bamako” definiu 10 áreas para pensar e propor atores coletivos e estratégias, inspirando-se em grande parte do Manifesto de Porto Alegre elaborado por um grupo de intelectuais durante o Fórum Social Mundial de 2005. Estas duas iniciativas complementam o trabalho da Assembléia de Movimentos que dentro de cada Fórum elabora um documento e propõe campanhas (como a manifestação contra a guerra no Iraque, que em 2003, reuniu mais de 15 milhões de pessoas em 600 cidades do mundo).

Finalmente a partir de um panorama geral são necessárias algumas vitórias, embora parciais, significativas. Manter a ação, recriar a motivação, exige resultados. Não se trata de qualquer conquista, mas sim das que mobilizaram vários atores sociais em uma ação comum, sobre objetivos relacionados a uma visão de conjunto e de dimensão global. Há também neste aspecto vários exemplos importantes. De novo se pode citar a campanha latino-americana contra o ALCA. Na Europa, o NÃO ao tratado constitucional elaborado em uma orientação neoliberal e com uma submissão aos Estados Unidos no campo militar, é outro exemplo. O rechaço com êxito do contrato de primeiro emprego na França e o abandono da base naval norte-americana de Vieques em Porto Rico, depois de uma longa mobilização popular são outros casos notórios. E no âmbito político, a eleição do primeiro presidente indígena na Bolívia tem também um sentido muito amplo de vitória nos planos culturais, sociais e econômicos.

À guisa de conclusão, podemos dizer que já está traçado o caminho para passar da elaboração de uma consciência coletiva à construção de atores coletivos e que todos estes fatos o anunciam como próximo propósito a cumprir.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Bibliografia

Dri, Rubén 1996 Autoritarismo y democracia en la Biblia y en la Iglesia (Buenos Aires: Biblos).

Gramsci, Antonio 1999 Cuadernos de la cárcel (México: Ediciones Era/Benemérita Universidade Autônoma de Puebla).

Hardt, Michael e Antonio Negri 2002 Imperio (Buenos Aires: Paidós).

Hinkelammert, Franz 2003 El Sujeto y la Ley. El retorno del Sujeto reprimido (Costa Rica: EUNA).

Holloway, John 2002 Cómo cambiar el mundo sin tomar el poder (Buenos Aires: Herramienta).

Rauber, Isabel 2005 Sujetos Políticos: rumbos estratégicos y tareas actuales de los movimientos sociales y políticos en América Latina (Costa Rica: Ruth Casa Editorial-DEI).

Touraine, Alan 1999 ¿Cómo salir del liberalismo? (México: Editorial Paidós).

Houtart, François. **Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 20.doc>



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

FIALHO, Joziane. M.

O trabalho apresenta uma breve análise dos movimentos sociais, partindo desde antigos movimentos sociais que integraram a sociedade brasileira até os novos movimentos atuais, os quais consideramos como novos movimentos sociais populares, atentando para os vários tipos de movimentos nos quais possuem um único objetivo, o de lutar pelos seus direitos e sua dignidade.

Os movimentos sociais Brasileiros, só tiveram reconhecimento em meados de 1960, quando surgiram os primeiros movimentos de luta contra a política vigente, ou seja, a população insatisfeita com as transformações ocorridas tanto no campo econômico e social. (LISBOA, 1988)

O Brasil está vivenciando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o processo de industrialização e urbanização tem causado grandes transtornos a população brasileira. É uma nova realidade para a população brasileira, que até então não conhecia os efeitos do capitalismo.

A sociedade brasileira passa por uma série de rupturas que abrange todos os setores desde o político até o social, sendo este o mais afetado onde será necessário toda uma reestruturação, neste contexto surgiram os primeiros movimentos sociais.

O processo de industrialização brasileiro provocou várias mudanças na sociedade, ou seja, criou-se uma série de expectativas na população, que estão sempre em busca de um melhor padrão de vida. A industrialização tem provocado um grande êxodo rural, muitas famílias em busca de uma vida melhor, saíram do campo em busca de emprego nos grandes centros, outros foram expulsos devido a modernização no campo. Estes fatos provocaram outros grandes problemas sociais, o crescimento desordenado das cidades, o aparecimento do trabalho assalariado e o desemprego, são alguns destes problemas.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Em conseqüência surgem os primeiros movimentos, que até então só eram reconhecidos como movimento de classe, ou seja, da classe operária. As lutas dos operários que reivindicavam melhores condições de trabalho e salários maiores. Esses movimentos tradicionais, pois não tinham força para se organizarem, ou se estavam sempre ligados a algum partido com interesse próprio. Outros movimentos sociais necessariamente se viam obrigados a se unirem ao movimento de classe, ou seja, aos trabalhadores, para ganhar força como movimento de massa, os movimentos sociais viviam a subordinação e o autoritarismo dessas organizações políticas, que tinham toda uma postura ideológica.

A partir da década de 1970, surge uma nova idéia de movimento social, que será totalmente inovador, colocando em questão uma nova compreensão sobre a vida política econômica e social do povo. Esses novos movimentos, tem a capacidade de auto se organizarem, não se vinculando a nenhum tipo de organização, sendo a sua única preocupação a igualdade entre os membros e buscando sempre superar algum tipo de carência, pois só assim alcançaram-se alguns objetivos. (LISBOA , 1988).

Alguns autores discordam da questão da luta ligada meramente as carências. Vejamos o que pensava Gohn:

Não bastam as carências, pois, se assim fosse, já deveria Ter ocorrido uma revolução no Nordeste brasileiro [...]. As lutas se agravam a partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que “puxam” as lutas.(GOHN,1991, P.57)

Cabe ressaltar que os novos movimentos sociais, não estão somente ligados ao mesmo tipo de carência, existem muitos outros fatores como identidade, autonomia e emancipação, que os unem dando mais força a estas lutas que estão cada vez mais articuladas com as igrejas, que se mostram mais sensibilizadas com a população, contribuindo com os movimentos, pois, na maioria das vezes é com o apoio da igreja que os integrantes encontram forças para continuarem a luta.

Enfim, não é só a igreja que contribui com os movimentos sociais, muitos são os órgãos que ajudaram dando sua contribuição a favor desse movimento visando seus interesses.

[...] O que aproxima tais mediadores externos é o fato deles serem

Av. Integração Jaime Campos n 145 – Modulo 01 – Juina – MT – CEP 78320-000

www.ajes.edu.br – ajes@ajes.edu.br

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos contidos neste material didático.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais 9610/98.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

portadores de recursos humanos e materiais para os movimentos[...] (MEDEIROS, L. et al., 1994, P. 179).

[...]Reserva-se a designação apenas para os que são considerados comprometidos com os interesses dos trabalhadores. (MEDEIROS, L. et al., 1994, P. 181).

Existem vários tipos de movimentos sociais no Brasil, mas os que mais tiveram repercussão foram os movimentos urbanos e os movimentos de luta pela terra.

Dentre os movimentos urbanos podemos destacar:

- Movimento de bairros;
- Movimento dos favelados;
- Luta de inquilinos;
- Movimento dos sem teto.

Esses movimentos começam e terminam rapidamente, talvez seja o fato da falta de amadurecimento e conscientização de seus membros, apesar de serem diferentes da luta do campo, diferente em relação aos setores onde um é o setor urbano e o outro é o campo. A essência é a mesma, estão em busca dos seus direitos, respeito e dignidade, portanto merecem reconhecimento como qualquer outro movimento.

Já os movimentos que lutam pela terra, sempre tiveram maiores repercussões, pois é uma luta que parece nunca ter fim. Esse problema tem suas raízes no período de colonização do Brasil, onde as terras foram mal distribuídas.

Ao estudarmos a questão agrária no Brasil, nos deparamos com questões completamente divergentes onde uns autores defendem o campesinato e outros não defendem, como a fosse algo que nunca tivesse existido no nosso país.

PRADO JR., 1981 apud ALMEIDA, R. e PAULINO, E.T., 2000, p.119.

[...] Na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até os nossos dias;[...]



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Em certas horas podemos, associa-lo a Kautsky, teórico clássico alemão que defendia o fim do campesinato em prol do capitalismo. Kautsky descriminava a classe camponesa e colocava os trabalhadores como seres ignorantes.

KAUTSKY, 1980 apud ALMEIDA, R. e PAULINO, E.T., 2000, p.115 diz:

“Operários bem nutridos e bem remunerados, além de inteligentes, eis a condição indispensável para uma grande exploração racional.”

Por outro lado autores como Chayanov defende o trabalho familiar, deixando bem claro que antes de qualquer dedução sobre essa classe, deveria ser feito uma análise profunda sobre essa forma de produção, ou seja, o campesinato. Segundo Chayanov, deveria haver um equilíbrio entre o que se produz e o que consome, ou seja, o que a família produz e o que consomem dessa produção. Ele chama a atenção para o balanço entre o trabalho e o consumo, diz que teóricos como Kautsky, deveria Ter feito essa análise antes de qualquer definição sobre o trabalho familiar.

Outro teórico que também defende o trabalho familiar é José de Souza Martins, que concorda que a única forma de resolver os problemas da questão agrária no país é a reforma agrária, que nada mais é que a luta contra o capital.[1]

Uma das alternativas para que esse quadro possa ser revertido e que se possa conquistar a reforma agrária é a formação de cooperativas.

GORGEN & STÉDILE, 1991 apud ALMEIDA, R. e PAULINO, E.T.,2000, p.126 diz:

As associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômico, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitem conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção.

Outro fator que tem contribuído para a exploração dos camponeses assentados e com a quase extinção desta classe é o processo de modernização no campo, que tem substituído cada vez mais a força do trabalho familiar, que muitas vezes acaba levando a ser um trabalhador assalariado.

Segundo Ariovaldo Oliveira, esse processo de industrialização do campo tem levado graves alterações tanto na área econômica, como social . Levando essa classe a

redefinir toda a sua estrutura sócio-econômico.

Um outro movimento social que também merece destaque são os movimentos contra as barragens, que lutam pela sobrevivência e pela natureza, como diz Luiz Paulo Costa, secretário do CRAB.

[...] luta contra as barragens agrupando-as em quatro itens: razões ambientais, socioculturais, econômicas e de falta de democracia.[...]
(MEDEIROS, L. et al., 1994, P. 163).

Após as considerações apresentadas no trabalho, conclui-se que os movimentos sociais em geral são lutas contra o capital, que aos poucos foi conquistando o espaço geográfico, e através de suas diversas formas de exploração chega ao ponto de excluir classes inteiras.

Nesse processo de exclusão cada vez mais a sociedade, principalmente as classes menos favorecidas, fica a mercê desse sistema de produção se submetendo a todo o tipo de exploração.

4- Bibliografia.

- [1] – ALMEIDA, R. A e PAULINO, E. T; **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária**: breves considerações. Revista de Geografia, Londrina, v.9, n.2, p. 113-127, jul./dez.2000.
- [2] – GOHN, M. G. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Manifestações concretas. In: ____ **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyolo,1991. p. 53-68.
- [3] – Medeiros, L. et al. (orgs). Reassentamentos de Atingidos Pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai. In: ____ **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo. Unesp, 1994. p. 157-183.
- [4] – OLIVEIRA, A.U. As Abordagens Teóricas da Agricultura[...] In:- **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986, p. 6-27.
- [5] – LISBOA, T.K. Referencial Teórico. In: ____ **A Luta dos Sem-Terra no Oeste Catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988, p. 17-37.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

[6] – MORISSAWA, M. Um Grande Movimento em Gestação. In: ____ **A História da Luta pela Terra e o M.S.T.** São Paulo. Expressão Popular, 2001 p. 123-146.

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE OUTRA SOCIABILIDADE ³

Sandra Maria Marinho Siqueira⁴ (FACED/UFC)

1. Introdução

O objetivo precípua deste texto é oferecer um olhar particular, fundado na análise de uma multiplicidade de concepções de autores diversos, dentre os quais podemos destacar ALAN TOURAINE (1977; 1989), MELLUCCI (1989), CASTELLS (1974; 1980; 1997), CLAUD OFFE (1992; 1988), Tarrow (1994), GOHN (1995; 1997), ILSE SCHERER-WARREN (1996) e outros que tematizam sobre os movimentos sociais, quanto ao seu aspecto conceitual e, particularmente, quanto ao seu projeto de mudanças dentro ou para além das condições societárias atuais.

Embora as abordagens sejam distintas e heterogêneas, não podemos deixar de tê-las presente no debate. É importante lembrar que GOHN (1997) faz algumas interrogações àqueles que estudam a problemática dos movimentos sociais, ao perguntar-se sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade e o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa nos movimentos sociais, se institucionaliza.

GOHN (1997) considera essas questões supramencionadas como não resolvidas do

³Este texto é produto de uma discussão que estamos realizando no seminário temático *Educação e Movimentos Sociais*, ministrado pelos professores Eliane Dayse e Ribamar Furtado, cujos ensinamentos e debate foram decisivos na ampliação do interesse desta doutoranda em desenvolver e aprofundar seus conhecimentos no campo dos movimentos sociais.

⁴Doutoranda do programa de pós-graduação em educação brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED-UFC).

ponto de vista teórico, necessitando serem aprofundadas. Em seu livro teoria dos movimentos sociais, a autora realiza um itinerário histórico-conceitual de diferentes paradigmas, tais como o paradigma europeu, o americano e latino-americano, aos quais se vinculam, com suas particularidades, autores de influencia no campo das ciências sociais e, principalmente, nas análises sobre movimentos sociais.

O dissenso dessas concepções sobre “novas” formas de organização dos sujeitos sociais em torno de interesses particulares com concepções de movimentos sociais defendidas pelos autores de inspiração marxistas está no marco de um debate em torno do papel dos movimentos sociais na superação das formas de dominação capitalistas e na construção de uma nova sociabilidade⁵.

2. Visões e vertentes dos “novos” movimentos sociais

Um ponto a ser destacado se refere ao conceito de movimento social, como esses movimentos são analisados quanto a sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade, pois variados são os critérios utilizados pelos autores em sua caracterização, e como diferenciar um movimento social de outras ações coletivas que não necessariamente possam ser consideradas como movimentos sociais.

Por “novos” movimentos sociais compreendem-se os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome e outros, sinalizando em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais, operários em torno do mundo do trabalho, o que não significa que em determinados momentos históricos possam assumir uma contraposição com o sistema econômica e social vigente. Entretanto, assevera GOHN (1995) que os novos movimentos sociais se contrapõem aos “velhos” e historicamente tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos.

⁵ Estamos a indicar neste ponto que os movimentos sociais podem constituir espaços de conformação de uma nova sociabilidade, no sentido de que são efetivamente potenciais de transformação da sociedade, na busca de uma sociabilidade outra para além da produção capitalista, orientada para a satisfação não só de interesses individuais, mas para a satisfação das necessidades coletivas e para a realização das potencialidade humanas. Segundo ILSE SCHERER-WARREN (1996, p.71), referindo-se aos movimentos sociais no campo, “*sem sociabilidade política não há MS nem projeto coletivo em torno do que lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembléias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos “combativos”, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política*”



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Para GOHN (1995, p. 44), movimentos sociais

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Os “novos” movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

Segundo ILSE SCHERER-WARREN (1996, p.49/50) têm emergido “novos” movimentos sociais

que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Na óptica de TOURAINE (1977; 1989) movimentos sociais podem ser definidos

Av. Integração Jaime Campos n 145 – Modulo 01 – Juina – MT – CEP 78320-000

www.ajes.edu.br – ajes@ajes.edu.br

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos contidos neste material didático.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais 9610/98.

como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste. Na compreensão de GOHN (1997, p. 145), TOURAINE entende que os

movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (Touraine, 1978:35). Eles, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem. Ele chegou a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (...)

O caráter propriamente propositivo dos movimentos sociais fica mais claro nas análises de CASTELLS (1997), a quem se dedica grande influência nas produções sobre movimentos sociais brasileiros em décadas anteriores, para quem, segundo nos indica GOHN (1995, p. 42), constituem os movimentos sociais “ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”.

Para TARROW (1994) os movimentos sociais surgem como expansão da atividade política a partir do século XIX, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais, ou seja, passeatas, atos de violência, protestos, etc.

Criticando a centralidade da categoria trabalho na atualidade, o que tem levado muitos marxistas a voltar-se à obra de MARX e outros autores marxista como LUKÁCS

a fim de responder as ponderações e críticas à crise da “sociedade do trabalho”, OFFE irá elaborar as bases para os denominados “novos movimentos sociais”. Para ele (OFFE, 1992, p.181) as bases sociais desses novos movimentos seriam

1. A nova classe média, especialmente aqueles elementos que trabalham em profissões de serviços humanos e/ou no setor público;
2. Elementos da velha classe média, e
3. Uma categoria da população formada por gente a margem do mercado de trabalho ou em uma posição periférica respectivo a ele.

É nessa última direção, ou seja, de reafirmar as potencialidades conflitivas dos “novos” movimentos sociais com as relações de produção capitalistas, que de fato não conseguem realizar e satisfazer os anseios por uma vida plena de sentido, que aponta o pensamento de ANTUNES (1997, p. 86) ao afirmar que

(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido.

Note-se que uma visão de movimento social distanciado de uma concepção classista e de um projeto global de sociedade, voltada para a subjetividade, em si, poderia expressar uma preocupação com a condição do indivíduo. Entretanto, essa visão de particularizar e individualizar os movimentos, sem levar em consideração que a própria subjetividade e individualidade apresentam-se contextualizadas numa teia de relações sociais, em que a grande maioria dos indivíduos encontra-se explorados pela lógica do capital, e que qualquer movimento, que não tenha claros objetivos para além da ruptura com a exploração, podem ser absorvidos pela institucionalidade e, mesmo, assimilados como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder.⁶

⁶ Neste sentido, podemos observar as permanentes tentativas de recolocar e condicionar os Movimentos dos Trabalhadores Rurais no Brasil aos desígnios do projeto de reforma agrária oficial, o que significaria imprimir ao movimento uma feição nitidamente propositiva, ou seja, de suas práticas e seus objetivos se manterem nos estritos limites das relações de produção capitalistas. Enquanto os métodos de financiamento e produção dos acampamentos rurais não se chocam com os interesses dos grandes proprietários e se

Av. Integração Jaime Campos n 145 – Modulo 01 – Juina – MT – CEP 78320-000

www.ajes.edu.br – ajes@ajes.edu.br

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos contidos neste material didático.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais 9610/98.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Sabemos que o fim último da ação humana é alcançar a felicidade, só que este objetivo, imanente ao ser humano, difere quanto a sua natureza, finalidade. Entretanto é mister a participação do ser humano em processos coletivos para que ele possa vivenciar experiências que promovam a consciência auto-emancipadora e desperte-o para a busca da omnilateralidade.⁷ Neste sentido, os movimentos sociais agem inicialmente como mediadores no processo de busca de respostas às interrogações suscitadas no cotidiano, projetando-se para uma perspectiva maior do que os problemas da cotidianidade.

Como afirma ANTUNES (1997, p. 117),

Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afloradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas.

Devendo ocorrer um reconhecimento do ser no outro e, particularmente, no gênero humano, entretanto, as classes sociais, segundo ANTUNES (1997), particularizam e limitam o ser social, e a generidade cai numa profunda abstração, pois o homem que pertence a determinada classe não se reconhece no outro, que pertence a outra classe. Na perspectiva do capital, os projetos individuais são conformados aos interesses de uma classe social econômica e socialmente dominante, fazendo-se crer que há liberdade para promover as potencialidades humanas.

Na visão de LUKÁCS, citado por ANTUNES (2001, p. 118), os indivíduos.

elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, como gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si.

condicionam às relações de mercado, nenhuma objeção encontra na institucionalidade e até são constantemente incentivados. Na medida em que entram em confronto aberto com direito de propriedade, o que se dá através das ocupações, ultrapassa-se os limites da aceitabilidade oficial, tendo o Estado que utiliza o aparelho de repressão policial para desmobilizar e desarticular os movimentos sociais.

⁷ Antunes refere-se ao desenvolvimento de universalidade do ser – generidade, como consciência auto-emancipadora, do seu ser para si mesmo, que se reconhece no outro e busca a *omnilateralidade*.

Av. Integração Jaime Campos n 145 – Modulo 01 – Juína – MT – CEP 78320-000

www.ajes.edu.br – ajes@ajes.edu.br

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos contidos neste material didático.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais 9610/98.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Os “novos” movimentos sociais para possibilitarem aos indivíduos a sociabilidade coletiva e plena de sentido necessitam construir e desenvolver ações para além das formas atuais de sociabilidade capitalistas, questionando a ordem do capital, não se perdendo no campo de ações fenomênicas, imediatas e particularizadas. Essas ações são importantes na medida em que estiverem vinculadas a um projeto mais amplo de sociedade, que se constitua em alternativa ao capitalismo.

Se os movimentos se restringem às lutas cotidianas limitadas às reivindicações setoriais, desarticuladas com outras mobilizações, passam a se configurar como ações paliativas e insuficientes para possibilitar mudanças estruturais, fechando-se em si mesmos. Para tanto, ressalta ANTUNES (1997, p. 81), de forma acertada que

É imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre nenhuma possibilidade de se constituir num elemento estruturante.

3. Conceituando os movimentos sociais: conflito de posições

Apesar de não haver uma definição única e universalizante de movimentos sociais (GOHN, 1997; 1982b), entende-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas fundantes da sociedade atual.

Reconhece-se que numerosos autores se propuseram estudar os movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, na sua composição social, em sua dinâmica interna, em seu metabolismo com o poder, enfim em sua capacidade de não só imprimir novas configurações às relações sociais, mas de se tornarem potencialidades transformadoras e reconstrutivas de uma sociabilidade diferenciada.

Dessa forma, pode-se encontrar orientações, a representar vários paradigmas, com os quais se procura apreender os movimentos sociais ou intervir em seu processo, destacando-se as leituras empreendidas por MARX (1982; 1979), GRAMSCI (1966a; 1966b; 1968; 1976), LUCKÁCS (1979a, 1979b), HOBBSAWM (1970a; 1970b; 1982), e mais recentemente os ideólogos dos denominados “novos movimentos sociais”, que na visão de GOHN (1995, p.44),

(...) foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho.

A tipificação esboçada pelos expoentes dos “novos” movimentos sociais, particularmente quanto à classificação em velhos e novos, pode representar, em si mesma, um outro olhar em relação às formas históricas de organização e mobilização da classe que vive do trabalho, caracterizadas como algo a ser repensado e, em última análise, deslocadas do atual contexto histórico, objetivado-se que o paradigma e as formas de organização dos novos movimentos sociais sejam incorporados pelo movimento dos trabalhadores, colocando em segundo plano a exigência de uma nova sociabilidade, diversa do Capitalismo.

Neste sentido, torna-se fundamental analisar outros autores como MESZÁROS (1981; 1985; 1989), ANTUNES (1997; 2001) e LESSA (1996; 1997), cuja perspectiva supera a visão de movimento social e de organização da classe que vive do trabalho em uma direção corporativa e localizada, para projetar-se como realidade que vivencia os problemas concretos e específicos, mas que tem objetivos comuns com outros movimentos, na medida em que apontam para a superação da sociabilidade do sistema destrutivo do capital. Na visão de ANTUNES (2001, p. 227) a classe trabalhadora

(...) no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo. O



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

resgate do sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes. Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e desempregados, enfim entre tantas fraturas que o capital impõe sobre classe trabalhadora (...)

Para MARX, os movimentos sociais, expressos na luta dos trabalhadores e demais oprimidos pela lógica do capital, entram freqüentemente em conflito com a sociabilidade dominante na medida em que superam os mecanismos que os restringem aos interesses imediatos e particularizados, dirigindo-se para a constituição de novas relações sociais e econômicas. As aquisições no marco do capitalismo, como a emergência de leis reguladoras da exploração social, são analisadas da seguinte forma por MARX (1979, p.307) em O Capital:

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. A história dessa luta revela duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação inglesa do século XIV até à metade do XVIII. Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuram prolongá-la de forma coercitiva. Sem dúvida, as pretensões do capital no seu estado embrionário, quando começa a crescer e se assegura o direito de sugar uma quantidade suficiente de trabalho excedente não através da força das condições econômicas, mas, através da ajuda do poder do Estado se apresentam bastante modestas, caso



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

comparadas com a jornada de trabalho resultante das concessões que, rosnando e resistindo, tem de fazer na idade adulta.

Mais adiante, em sua análise penetrante do capitalismo, n' O Capital, Marx (1979, p. 341) esclarece, de forma lapidar, que

A história da regulamentação da jornada de trabalho em alguns ramos da produção e a luta que ainda prossegue em outros para se obter essa regulamentação demonstra palpavelmente que o trabalhador isolado, o trabalhador como vendedor “livre” de sua força de trabalho sucumbe sem qualquer resistência a certo nível de desenvolvimento da produção capitalista. A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Começando essa luta no domínio da indústria moderna, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, a Inglaterra.

Dai se defender, na linha de uma visão marxista que os “novos” movimentos sociais podem adquirir um significado para além das relações sociais atuais na medida em que assumam um projeto social, político e econômico que aponte para a construção de uma sociabilidade plena de sentido e diferenciada das relações de produção e de dominação política do capital, criando assim as condições para o desenvolvimento real das potencialidades e da subjetividade humana.

4. Contexto histórico de afirmação dos movimentos sociais

A importância dessa pesquisa consiste também na compreensão do contexto histórico de afirmação, pelos autores, dos denominados “novos” movimentos sociais, como forma de organização e mobilização alternativa às formas históricas de aglutinação e luta do operariado e demais trabalhadores.

Conforme ANTUNES (2001, p. 15), a sociedade contemporânea vem presenciando

Av. Integração Jaime Campos n 145 – Modulo 01 – Juína – MT – CEP 78320-000

www.ajes.edu.br – ajes@ajes.edu.br

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos contidos neste material didático.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais 9610/98.

profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressões, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Os movimentos sociais, sejam novos ou tradicionais, encontram-se contextualizados em meio às essas transformações ocorridas na economia, a expansão dos mercados, marcados pela profunda crise estrutural da economia mundial e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho sob inspiração fordista para um padrão de flexibilização das relações de trabalho e produtivas baseadas no toyotismo.

Uma compreensão adequada dos movimentos sociais deve partir de uma análise totalizante das condições de reprodução do capital na atualidade, a partir das mudanças verificadas na sociedade, tanto de ordem econômica, como política, social e tecnológica. Para tanto, é imprescindível clarificar os elementos da Globalização ou, para outros, da mundialização do capital⁸.

⁸ Na visão de ANTUNES (2001, P. 27), “*expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrolável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos de expansão alternados com crises, presença de um depressed continuum que, diferentemente de um desenvolvimento auto-sustentado, exibe as características de uma crise cumulativa endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com uma perspectiva de uma profunda crise estrutural. Por isso é crescente, no interior dos países capitalistas avançados, o desenvolvimento de mecanismos de “administração das crises”, como parte especial da ação do capital e do Estado visando deslocar e transferir as suas maiores contradições atuais.*



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Partindo dos Estados Unidos (EUA) para a linguagem econômica internacional, o termo “global” expandido-se para todos os rincões do mundo, sendo acolhido pelos pesquisadores sem qualquer margem de crítica, com raras exceções, principalmente do campo marxista. Desde o começo dos anos 80, as universidades americanas trabalham o termo dentro de uma economia de mercado, de administração de empresas, principalmente em nível dos grandes grupos internacionais.

As maiores escolas de Administração de Empresas de Harvard, Columbia, Stanford etc. popularizaram o termo. Em pouco tempo tomou conta dos discursos que tentam legitimar teoricamente a prática política neoliberal. Os escritores nas áreas da economia e da política financeira acolheram sem precauções nem limitações o termo global, apesar de impreciso (CHESNAIS, 1996, p.23).

Normalmente, a globalização é associada ao progresso técnico, por isso tende a ser encarada como necessária e benéfica para todos os povos civilizados. Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam por esse motivo adaptar-se sem restrições à dinâmica e aos propósitos da proposta global. A globalização é o produto mais acabado da economia de mercado do final do século. Já não existem dois mundos como na época da guerra fria, em que blocos de poder, o soviético e o americano se ameaçam.

E não foram poucos os fatos históricos que surpreenderam todo o mundo na década passada, e início dos anos 90. Entre eles destacamos: a queda do muro de Berlim em 1989, o fim da denominada Guerra Fria entre EUA e URSS, o desmoronamento da URSS e a formação de vários Estados Soberanos como Ucrânia, Rússia, Lituânia, Letônia, etc. e por último o avanço descomunal do progresso tecnológico. Como expressão das forças econômicas, a adaptação dos países deve ser levada a efeito mediante a liberalização e desregulamentação, que as empresas tenham liberdade de ação e movimento e que todos os setores da via humana.

Assim, apesar da enorme taxa de desemprego que se abate sobre os países, principalmente os de economia atrasada, e mesmo diante da crise social e financeira pelas quais passam a maioria das nações os organismos internacionais reconhecem

esses fenômenos como contingências pelas quais devem passar os Estados para gozar os benefícios da globalização, conforme a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CHESNAIS, 1996, p. 25). Ocorre um aprofundamento ou ampliação do processo de internacionalização do capital. Escreve SANTOS (1996, p. 163):

(...) a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização que alcança um novo patamar. Agora se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização.

IANNI (1995) chega a dizer que são diversas e antigas as instituições e indicações mais ou menos notáveis de globalizações, e que a atual etapa significa um grau maior de internacionalização da economia. A internacionalização da produção, a revolução tecnológica nas comunicações, o avanço da informática no processo produtivo, a reestruturação da relação capital e trabalho têm influenciado a questão educacional: tudo isso mexeu com os valores, as crenças, a lógica, o pensamento e as práticas.

O primeiro elemento realçado pela autores seria a tendência à formação de blocos internacionais de poder, a fim de regulamentarem as relações econômicas entre os mesmos e aprofundar a circulação de bens, capitais e serviços. As condições para isso deveriam ser criadas pelos Estados no campo institucional, de modo a proporcionar padrões para as novas relações econômicas. Com essas mudanças as condições de vida e de consumo da população em geral melhorariam.

Entretanto, os dados revelam as profundas contradições sociais e o incremento sem precedente das desigualdades. A linguagem dos autores, em geral, parecer realçar apenas a questão do mercado, como se esta categoria fosse a fundamental. Os blocos econômicos são associações de países, muitas vezes, fazendo parte de uma mesma região geográfica, como Europa, Ásia, América, etc. Esses países que formam grandes blocos estabelecem através de tratados internacionais relações comerciais privilegiadas entre si, e atuam em “conjunto” no mercado. Planejam formar zonas de livre comércio



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

pela diminuição gradual das barreiras alfandegárias, estreitando as relações econômicas entre os países, aumentando a interdependência.

Outra marca da Globalização seria a denominada “Revolução Tecnocientífica”, cuja tônica embeleza os autores, é rápida transformação técnica principalmente na área da informática e da microeletrônica, comunicação e transportes. Essas inovações serviram para incrementar o comércio e a circulação de capitais em nível mundial. Essas inovações têm desencadeado mudanças nos padrões de organização do trabalho e da produção de mercadorias e serviços.

O anterior método fordista de organização fabril e industrial, que se caracterizava pela produção em massa de bens, aumento do rendimento dos trabalhadores para promover o incremento do consumo no mercado, rigidez na localização das fábricas e nos métodos de produção de mercadorias, foi aos poucos perdendo espaço para o modelo japonês toyotista que se caracteriza pela flexibilização dos padrões de produção de bens e serviços, pelo aumento da produtividade mediante baixos custos e diminuição de salários, deslocamento de ramos inteiros da produção de países para outros, de acordo com as condições oferecidas pelos países onde irão se instalar, liberdade de contratação em todos os países, além de produzir uma desarticulação e complexização da classe trabalhadora.

Nem por isso, alerta ANTUNES (2001, p. 216), e apesar da heterogeneização, complexização e fragmentação da classe trabalhadora

As possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Essa rebeldia e contestação não excluem nem suprime outras, igualmente importantes. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os “trabalhadores terceirizados”, os trabalhadores do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

desempregados, os sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. Do mesmo modo, a luta ecológica, o movimento feminista e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e ao caráter fetichizado, estranhado e des-realizador do gênero humano gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista).

Neste ínterim, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação toma conta da vida de milhões de pessoas, modelando suas condutas e modo de pensar, relacionado a experiência particular aos acontecimentos internacionais. No campo educacional, as políticas têm variado no período de avanço das tecnologias. Mas desde a década de 70 iniciou-se um processo de introdução da tecnologia educacional na profissionalização e formação. Em nossa época, entretanto, emergem novos debates em torno da formação/tecnologia, a partir da crítica das concepções reinantes sobre o tema, superando a visão simplista anterior. O que se pretende agora é a formação de educadores críticos, engajados no movimento pela escola pública de qualidade, enfim pessoas que reflitam sobre a realidade social e sua própria prática, determinada por uma sobrecarga de trabalho e por um aviltante salário.

Ainda, na teoria política e na História têm surgido concepções e idéias que expressam bem a que ponto chegou a justificação filosófica e política da Globalização e de seu segmento político propriamente dito: o neoliberalismo. Proclamou-se o fim da história, e o começo de uma nova era (FUKUYAMA, 1992; ANDERSON, 1992). A hegemonia de um único sistema: o americano. O fim das ideologias: o envelhecimento do marxismo. Coisas que só poderiam vir de especuladores.

No campo social, o Estado de bem-estar social estaria em declínio, em razão de sua crise histórica, e necessidade de um Estado Mínimo, no sentido de que o Estado deveria se ausentar do mercado e deixar que as atividades econômicas fossem desenvolvidas



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

pelos agentes da economia: capital e trabalho. Foi nesse ambiente de profundas contradições do sistema capitalista, que destrói forças produtivas e mantém a maioria da sociedade em estado de exploração e alienação, que se proliferam teorias sobre os movimentos sociais, e muitas delas se baseiam em pressupostos equivocados, que necessitam serem repensados e discutidos permanentemente.

4. O engajamento político do docente nos movimentos sociais

Neste contexto, observa-se, então, que o direcionamento dado à política educacional tem imprimido uma clara intenção de subordinar o sistema educacional aos imperativos do modelo econômico. Tal procedimento tem expressado o descaso com os problemas educacionais e as soluções apresentadas não têm resolvido os mesmos. Isto tem trazido reflexos na política de formação docente, bem como na valorização do profissional da educação que se proletarizou (ENGUIITA, 1991, p. 41/61).⁹

E o ideário da “pós-modernidade” tem chegado com rapidez aos educadores, impondo condições em relação à formação e qualificação, para a aceitabilidade de uma forma histórica de sociabilidade, o que requer desses atores sociais um esforço redobrado no sentido de resistir às pressões políticas para a reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

O crescimento dos problemas tem atingido a categoria, no entanto, não tem servido como elemento propulsor de aproximação dos docentes engajados nos movimentos sociais. Sendo, portanto, necessário revitalizar as práticas sociais desses movimentos para sustentarem as manifestações de contestação e de conflito com as formas de dominação política e econômica reinantes.

A própria história vem demonstrando que o professor tem um papel político a

⁹ Conforme o entendimento de RIBEIRO (1995, p. 31), os docentes são uma categoria “*dominada que, através de sua prática no interior da sociedade civil, apesar e na repressão da sociedade política, vai exercendo uma direção pela criação de novos organismos de representação e expressão e pela conquista e transformação de antigos organismos que passam, em conjunto, a viabilizar a criação e a difusão de uma concepção de mundo segundo os seus interesses, bem como a efetivação dessa concepção num novo tipo de sociedade. Prática esta que não só prepara a conquista da sociedade política como também a permanência de seus representantes nesse nível*”.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

desempenhar, pois tendo consciência crítica da escola e de suas atribuições, estabelece relações entre a escola e a sociedade, posicionando-se como sujeito crítico e esclarecedor, pois é membro da sociedade civil. Assim, a realidade se transforma porque o processo de interações inovadoras requer novas condições sociais, nova distribuição de poder e novos espaços para ir situando novos aspectos de uma cultura, que emerge no ambiente escolar.

E, todo esse processo de mudança conduz a discussões e conflitos polêmicos dentro de uma realidade plural, cujo desenlace, ainda que imprevisível, será obviamente a modificação da sociedade. É no engajamento aos movimentos sociais que os professores, na luta pela escola pública, reconstroem a sua prática pedagógica na busca do desenvolvimento integral, como sua individualidade.

Significa dizer que realçamos principalmente a importância do engajamento político do educador nos movimentos sociais, com implicações em sua prática pedagógica, como componente fundamental de elevação da consciência crítico-reflexiva do docente.

Neste sentido, procura-se compreender as implicações do engajamento do educador em sua prática docente, a partir da interação que esse sujeito mantém com os movimentos sociais, irrompendo os limites da sala de aula e projeta-se para o campo da política social e educacional, de concepção de sociedade dentro das potencialidades ontológicas do trabalho, com o objetivo de aproximar as lutas dos docentes às demais camadas exploradas para a constituição de movimentos sociais que tenham um projeto de sociedade que se confronte com as formas de dominações econômicas, políticas e sociais atuais.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. O fim da história (De Hegel a Fukuyama). Trad. De Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

..... Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

CASTELLS, Manuel. Movimientos sociales urbanos. Madri: Siglo XXI, 1974.

..... Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

..... The Power of Identity. Oxford: Blackwell, 1997.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Teoria e educação, 4, 1991, pp. 41-61.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Trad. De Aulyde Soares



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

..... Reivindicações populares urbanas. São Paulo: Cortez, 1982.

..... Movimentos sociais e lutas pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

..... Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 19982.

..... Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995a.

..... Classes sociais e movimentos sociais. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 02, s/d, p. 36/54.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Seleção e Tradução de 233 caras das edições italianas de 1947 e 1955 por Noênio Spinola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

..... Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

..... Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

..... Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HOBBSAWM, Eric. Rebeldes primitivos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970a.

..... Bandidos. Rio de Janeiro: Forense, 1970b.

..... Revolucionário. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, Otavi. Teoria da Globalização. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

---- A era da globalização. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

LESSA, Sérgio. Trabalho e ser social. Maceió: EDUFAL, 1997.

..... A ontologia de lukács. Maceió: EDUFAL, 1996.

LUKÁCS, György. Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

..... Ontologia do Ser Social. A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

MARX, Karl. “Progreso técnico y desarrollo capitalista. Manuscritos 1861-1868”. México: Cuadernos de Pasado y presente, 1982.

----- O Capital. Crítica da economia política. São Paulo: Difel, Livro 1, vol. 1, 1979.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. Revista Lua Nova, nº 17, São Paulo, CEDEC, 1989.

MESZÁRIOS, István. Poder Político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. Ensaio nº 14, São Paulo: Ensaio, 198.

..... Produção destrutiva e Estado Capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

..... A teoria da alienação em Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1992.

..... Partidos políticos e nuevos movimientos sociales. Madri: Sistema, 1988.

RIBEIRO, L. T. F. Currículo: formação do educador e trabalho docente. Texto mimeografado, Fortaleza, UFC, 1995.

RIBEIRO, M. L. S. A formação política do professor de 1º e 2º graus. 4ª ed. Campinas-SP: Autores associados, 1995.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, tempo (Globalização e meio técnico-científico informacional). São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

TARROW, S. Power in movement. Cambridge; Un. Press, 1994.

TOURAINE, Alan. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In:



Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – IES Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena
Pós-Graduação Lato Sensu

Prof. MS. ORIVALDO PERES BERGAS

Albuquerque, J. A. G. (org.). Classes médias e política o Brasil. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

..... Palavra e Sangue. Campinas: Unicamp, 1989.